



# **SENADO FEDERAL**

**CPI DO FUTEBOL - 2015**

## **PAUTA DA 7ª REUNIÃO**

**(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**27/08/2015  
QUINTA-FEIRA  
às 10 horas e 15 minutos**

**Presidente: Senador Romário  
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer**



## **CPI do Futebol - 2015**

**7ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/08/2015.**

# **7ª REUNIÃO**

***Quinta-feira, às 10 horas e 15 minutos***

# **SUMÁRIO**

## **1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - INTERATIVA**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Audiência pública com jornalistas mencionados nos Requerimentos n. 32, 33 e 36/2015 - CPIDFDQ</b>	<b>17</b>

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

<b>ITEM</b>	<b>REQUERIMENTO</b>	<b>AUTOR(A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>42/2015</b>	<b>Senador Roberto Rocha</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>44/2015</b>	<b>Senador Wellington Fagundes</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>51/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>52/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>27</b>

<b>5</b>	<b>53/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>29</b>
<b>6</b>	<b>54/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>31</b>
<b>7</b>	<b>55/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>34</b>
<b>8</b>	<b>56/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>37</b>
<b>9</b>	<b>58/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>40</b>
<b>10</b>	<b>59/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>43</b>
<b>11</b>	<b>60/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>46</b>
<b>12</b>	<b>61/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>49</b>
<b>13</b>	<b>62/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>52</b>
<b>14</b>	<b>63/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>55</b>
<b>15</b>	<b>64/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>58</b>
<b>16</b>	<b>65/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>61</b>
<b>17</b>	<b>66/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>64</b>
<b>18</b>	<b>67/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>67</b>

<b>19</b>	<b>68/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>70</b>
<b>20</b>	<b>69/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>73</b>
<b>21</b>	<b>70/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>76</b>
<b>22</b>	<b>71/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>79</b>
<b>23</b>	<b>72/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>82</b>
<b>24</b>	<b>73/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>85</b>
<b>25</b>	<b>74/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>88</b>
<b>26</b>	<b>75/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>91</b>
<b>27</b>	<b>76/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>94</b>
<b>28</b>	<b>77/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>97</b>
<b>29</b>	<b>78/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>100</b>
<b>30</b>	<b>79/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>103</b>
<b>31</b>	<b>80/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>106</b>
<b>32</b>	<b>81/2015</b>	<b>Senador Romário</b>	<b>109</b>

<b>33</b>	<b>82/2015</b>	<b>Senador Gladson Cameli</b>	<b>112</b>
-----------	----------------	-------------------------------	------------

**CPI DO FUTEBOL - 2015 - CPIDFDQ**

PRESIDENTE: Senador Romário

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer

(11 titulares e 7 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)</b>			
Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286	1 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Zeze Perrella(PDT)	MG (61) 3303-2191	2 VAGO	
Ciro Nogueira(PP)(7)	PI (61) 3303-6185 / 6187		
Donizeti Nogueira(PT)(6)	TO (61) 3303-2464		
<b>Bloco da Maioria(PMDB, PSD)</b>			
Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245	1 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	2 VAGO	
Omar Aziz(PSD)	AM (61) 3303.6581 e 6502		
<b>Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)</b>			
Paulo Bauer(PSDB)(10)	SC (61) 3303-6529	1 VAGO	
Davi Alcolumbre(DEM)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722		
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)</b>			
Romário(PSB)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519	1 Roberto Rocha(PSB)(9)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
<b>Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)</b>			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
- (2) Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
- (3) Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
- (4) Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
- (5) Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).
- (6) Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
- (7) Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
- (8) Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
- (9) Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
- (10) Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
- (11) Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:  
 SECRETÁRIO(A): LEANDRO CUNHA BUENO - ADJUNTO -  
 DONALDO PORTELA RODRIGUES  
 TELEFONE-SECRETARIA: 061 33033508/3501  
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
 E-MAIL: coceti@senado.leg.br



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55ª LEGISLATURA**

**Em 27 de agosto de 2015  
(quinta-feira)  
às 10h15**

**PAUTA**  
7ª Reunião

**CPI DO FUTEBOL - 2015 - CPIDFDQ**

<b>1ª PARTE</b>	Audiência Pública - Interativa
<b>2ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

**1ª PARTE****Audiência Pública - Interativa****Assunto / Finalidade:**

Audiência pública com jornalistas mencionados nos Requerimentos n. 32, 33 e 36/2015 - CPIDFDQ

**Observações:**

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

**Participantes:****Luiz Carlos Azenha**

- Jornalista

**Amaury Ribeiro Jr.**

- Jornalista

**Leandro Cipoloni**

- Jornalista

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 42, de 2015**

*Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. RICARDO GOMYDE, candidato nas últimas eleições para Presidente da Federação Paranaense de Futebol.*

**Assunto:** Depoimento

**Autoria:** Senador Roberto Rocha

**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 44, de 2015**

*Requer que seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. WAGNER JOSÉ ABRAHÃO, empresário do ramo do turismo.*

**Assunto:** Depoimento

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes

**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 51, de 2015**

*Requer sejam solicitados aos cartórios de registros civis do município do Rio de Janeiro, cópia do contrato estabelecido entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa MARFRIG ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 03.853.896/0001-40, posteriormente renomeada como MARFRIG GLOBAL FOODS*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 52, de 2015**

*Solicita a indicação de mais um Auditor Fiscal de Controle Externo para acompanhar e auxiliar os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência da Comissão.*

**Assunto:** Servidores

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 53, de 2015**

*Solicita a indicação de um Agente e de um Perito - em vez de dois Agentes - para acompanharem e auxiliarem os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência desta Comissão.*

**Assunto:** Servidores

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 54, de 2015**

*Requer ao Presidente da Federação Paulista de futebol informações e cópia na íntegra dos contratos de patrocínio (e respectivos adendos) celebrados entre a entidade demandada e a General Motors, bem como a relação dos recursos recebidos pela federação em decorrência desses contratos.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 55, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

## ITEM 8

### REQUERIMENTO Nº 56, de 2015

*Requer à Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amapá, Ivana Lúcia Franco Cei, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Amapaense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

## ITEM 9

### REQUERIMENTO Nº 58, de 2015

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Marcio Fernando Elias Rosa, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Paulista de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

## ITEM 10

### REQUERIMENTO Nº 59, de 2015

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Orlando Rochadel Moreira, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Sergipana de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

## ITEM 11

### REQUERIMENTO Nº 60, de 2015

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Catarinense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 61, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, José Barrôco de Vasconcellos, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Gaúcha de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 62, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, Fábio Bastos Stica, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Roraimense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 63, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, Héverton Alves de Aguiar, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação de Futebol do Estado de Rondônia, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 64, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, Rinaldo Reis Lima, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Norte-rio-grandense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 65, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Paranaense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

#### ITEM 17

##### REQUERIMENTO Nº 66, de 2015

*Requer à Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí, Zélia Saraiva Lima, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação de Futebol do Piauí, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

#### ITEM 18

##### REQUERIMENTO Nº 67, de 2015

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon de Barros, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Pernambucana de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

#### ITEM 19

##### REQUERIMENTO Nº 68, de 2015

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Paraibana de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

#### ITEM 20

##### REQUERIMENTO Nº 69, de 2015

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Bertrand de Araújo Asfora, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Paraense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 70, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, Paulo Roberto Jorge do Prado, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Mato-Grossense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 22****REQUERIMENTO Nº 71, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Humberto de Matos Brittes, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 72, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Mineira de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 24****REQUERIMENTO Nº 73, de 2015**

*Requer à Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Maranhense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 25****REQUERIMENTO Nº 74, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Lauro Machado Nogueira, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Goiana de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 26****REQUERIMENTO Nº 75, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Éder Pontes da Silva, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 27****REQUERIMENTO Nº 76, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Roscoe Bessa, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Brasiliense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 28****REQUERIMENTO Nº 77, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Carvalho Machado, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Cearense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 29****REQUERIMENTO Nº 78, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Márcio José Cordeiro Fahel, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Bahiana de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 30****REQUERIMENTO Nº 79, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Francisco das Chagas Santiago da Cruz, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Amazonense de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 31****REQUERIMENTO Nº 80, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação Alagoana de Futebol, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 32****REQUERIMENTO Nº 81, de 2015**

*Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a Federação de Futebol do Estado do Acre, bem como seus dirigentes.*

**Assunto:** Informações

**Autoria:** Senador Romário

**ITEM 33****REQUERIMENTO Nº 82, de 2015**

*Requer seja convidado o senhor LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA, para explicar, em audiência pública, sobre o aperfeiçoamento da justiça desportiva brasileira.*

**Assunto:** Depoimento

**Autoria:** Senador Gladson Cameli

# **1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - INTERATIVA**

**1**

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**1**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA**CPIDFD9**  
**00042/2015****REQUERIMENTO Nº , de 2015**  
**(CPI DO FUTEBOL)**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. RICARDO GOMYDE, candidato nas últimas eleições para Presidente da Federação Paranaense de Futebol, a fim de ser inquirido por este Colegiado sobre o processo eleitoral daquela entidade, uma das que integra o Colégio Eleitoral que escolhe o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), tema portanto relacionado aos objetos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que são a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.



SF/15423.40214-83

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar a *Confederação Brasileira de Futebol (CBF)* e o *Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, interessando-nos sobremaneira conhecer as formas de organização do poder da CBF, bem como sua relação com as Federações Estaduais de Futebol, que integram o Colégio Eleitoral da CBF.

A eleição realizada no início deste ano para a Presidência da Federação Paranaense de Futebol tornou-se símbolo de como o futebol e suas entidades viraram objeto de disputa, de interesse de poder e de gastos imensos.

De acordo com órgãos de imprensa, como *Gazeta Esportiva* - do Estado do Paraná - e portal *Terra/esportes*, a candidatura Ricardo Gomyde teria recebido aportes financeiros expressivos (totalizariam quase um milhão de reais) provenientes dos dois clubes paranaenses que disputam a série A do Campeonato Brasileiro de Futebol a saber, Coritiba e Atlético Paranaense.

Por ser notório que os clubes brasileiros hoje apresentam endividamentos expressivos, seria paradoxal, até mesmo inacreditável, que investissem cifras consideráveis nas eleições de Federações Estaduais. A única explicação para fatos como esses, caso confirmados, seria a possibilidade de administrações



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

irregulares, nessas entidades sob investigação desta CPI, permitirem ao longo do mandato a recuperação ilícita desses valores e de outros favores.

Confirmada essa situação, teríamos um exemplo preocupante sobre os diversos aspectos de disputa pelo poder no futebol.

Essas razões são mais do que suficientes para que seja solicitado o depoimento desta testemunha.

Sala das Reuniões,

**Senador ROBERTO ROCHA**  
**(PSB/MA)**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**



SENADO FEDERAL  
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

CPIDFDG  
00044/2015

## REQUERIMENTO Nº , de 2015



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. **WAGNER JOSÉ ABRAHÃO**, empresário do ramo do turismo, a fim de ser inquirido por esta CPI sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*, temas objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).



SENADO FEDERAL  
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

## JUSTIFICAÇÃO

A convocação do Sr. Wagner José Abrahão é fruto da oitiva realizada em 18 de agosto nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, na qual foram ouvidos pelo Colegiado os jornalistas Jamil Chade, José Cruz e Juca Kfourri. Dos depoimentos, ficou claro que o Sr. Wagner José Abrahão, pelos negócios que realizou com a CBF e pelas ligações pessoas que tem com os seus dirigentes, muito pode contribuir para os trabalhos desta CPI.



Sala das comissões,

Senador **HÉLIO JOSÉ**

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**3**

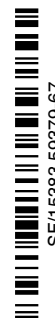
**CPIDFDQ**  
**00051/2015**



## **SENADO FEDERAL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**

**CPIDFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que **esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite aos cartórios de registros civis do município do Rio de Janeiro, cópia do contrato estabelecido entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa MARFRIG ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 03.853.896/0001-40, posteriormente renomeada como MARFRIG GLOBAL FOODS.**

### **JUSTIFICAÇÃO**

Conforme seu requerimento de criação, esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tem, entre suas atribuições, a finalidade de investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF.

Entre os contratos mais vultosos assinados pela CBF estão aqueles que envolvem o patrocínio de empresas privadas. Tais contratos permitem, entre outras ações, o uso do marca da contratada nos eventos oficiais da CBF e uniformes da seleção brasileira de futebol, mediante pagamentos regulares durante o período contratado.

Conforme noticiado pelo jornal Folha de São Paulo em 24/12/2010, em reportagem de autoria do jornalista Sérgio Rangel, a CBF assinou contrato de patrocínio com a empresa MARFRIG ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 03.853.896/0001-40 (posteriormente renomeada como MARFRIG GLOBAL FOODS), com validade estendida até o ano de 2026.

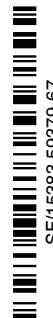
De acordo com reportagem do jornalista Rodrigo Mattos, publicada em 27/02/15 em seu blog, o referido contrato incluiria vantagens à CBF além da remuneração, como a aquisição de uma aeronave e um helicóptero, no valor total máximo de US\$24 milhões. De acordo com a mesma reportagem, o contrato foi rescindido em maio de 2013. Por divergências entre as partes, um processo civil foi aberto na 48ª Vara Cível do Rio de Janeiro, conforme pesquisa desta CPI (processo 305964-39.2013.8.19.0001).

Considerando-se o alto valor do contrato; a menção a vantagens adicionais além dos pagamentos previstos; o prematuro encerramento em favor de outra empresa do mesmo ramo e a disputa judicial subsequente, faz-se necessário que esta Comissão investigue a regularidade fiscal e tributária da execução do referido contrato, para o que se torna necessário o acesso ao contrato em sua integralidade.

Por essas razões, consideramos o depoimento desta testemunha essencial e urgente.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15383.59379-67

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**4**

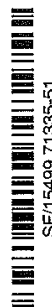
CPIDFDQ

Requerimento

Nº 52/15



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



SF/15499.71335-51

Em aditamento ao Requerimento nº 2, de 2015, desta CPI, requeremos, nos termos do art. 89, IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal do Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, solicitando indicação de mais um Auditor Fiscal de Controle Externo, para acompanhar e auxiliar os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada na forma do Requerimento nº 616, de 2015, para *investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

O Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão que auxilia o Congresso Nacional a exercer o controle externo da Administração Pública, nos termos da Constituição Federal.

Nesse sentido é prática corrente que Auditores Fiscais de Controle Externo daquela Corte auxiliem os trabalhos de comissões parlamentares de inquérito.

Inicialmente, esta CPI solicitou dois Auditores. Todavia, nas primeiras reuniões administrativas, o Colegiado já requisitou uma série de documentos e de informações que, para serem devidamente auditados demandarão ao menos mais um profissional dessa área, razão de ser desta nova solicitação.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**

(PSB-RJ)

**Presidente da CPI do Futebol**

Página: 1/1 24/08/2015 16:01:31

Od7a55a3cb074c5953c7fbd8229153c9954fcc0c

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 24 / 08 / 15 às 16:09 horas	
Nome: <u>Leandro Augusto Cunha Bueno</u>	
Matrícula: <u>Técnico Legislativo</u>	
Matrícula: 222 660	



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**5**

**CPIDFDQ**  
**00053/2015**



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2015, desta CPI, requeremos, nos termos do art. 89, IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral da Polícia Federal, DPF, Leandro Daiello Coimbra, solicitando indicação de um Agente e de um Perito - em vez de dois Agentes - para acompanharem e auxiliarem os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada na forma do Requerimento nº 616, de 2015, para *investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

Sala das Sessões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

6



**CPIDFDQ**      **L**  
**Requerimento**      **2015**  
**Nº 54/15**



SF/15389.46963-00

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, combinado com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, seja encaminhado ofício ao **Presidente da Federação Paulista de Futebol, Sr. Reinaldo Carneiro Bastos**, solicitando informações e cópia na íntegra dos contratos de patrocínio (e respectivos adendos) celebrados entre a entidade demandada e a *General Motors*, bem como a relação dos recursos recebidos pela Federação em decorrência desses contratos.

### JUSTIFICAÇÃO

Depois de um longo tempo de contrato de patrocínio entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a *Volkswagen* do Brasil, a entidade maior do futebol brasileiro anunciou, em 2014, uma nova parceira no setor automobilístico, a *General Motors* (GM).

Conforme indicado pelo jornalista JUCA KFOURI, em seu depoimento a esta Comissão no dia 18 de agosto último, esta nova parceria foi precedida pelo mesmo tipo de contrato entre a GM e a Federação demandada, até há pouco presidida pelo Sr. Marco Polo Del Nero, atual Presidente da CBF.

A coincidência entre a ascensão do Sr. Del Nero à Presidência da CBF e passar a GM a ser a mesma parceira automobilística da FPF e da CBF é um dado no mínimo curioso, que, neste momento de ampla investigação sobre denúncias de irregularidades na instituição, não pode deixar de ser apurado.

Página: 1/2 25/08/2015 09:42:16


30f5125d36f31f2a51be1a2b64fadfcac3403813

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
<b>RECEBI O ORIGINAL</b>	
Em <u>25/08/15</u> às <u>11:16</u> horas	
Nome: <u>Germano Augusto Cunha Bueno</u>	
Matrícula: <u>233.008</u>	



A partir da ciência do conteúdo dos documentos citados, os dados levantados potencializarão a capacidade operacional dessa CPI em relação também a esse contrato e os aspectos nele envolvidos.

Sala das Reuniões,

  
**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15389.46963-00

Página: 2/2 25/08/2015 09:42:16

30f5125d36f31f2a51be1a2b64fadfcac3403813



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**7**

CPIDFDQ  
00055/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

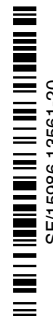
**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15447.62955-05

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**8**

CPIDFDQ  
00056/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados à **Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amapá, Ivana Lúcia Franco Cei**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Amapaense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amapá encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Amapaense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15986.13561-20

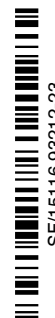
## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

9

CPIDFDQ  
00058/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Paulista de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

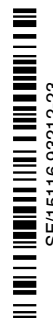
No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Paulista de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15116.93212-23

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**10**

CPIDFDQ  
00059/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Orlando Rochadel Moreira**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Sergipana de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

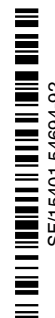
No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Sergipana de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15401.54694-92

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**11**

CPIDFDQ  
00060/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Catarinense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Catarinense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15030.95649-00

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**12**

CPIDFDQ  
00061/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, José Barrôco de Vasconcellos**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Gaúcha de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

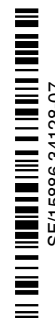
No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Gaúcha de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**13**

CPIDFDQ  
00062/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, Fábio Bastos Stica**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Roraimense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Roraimense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15874.68510-64

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**14**

CPIDFDQ  
00063/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, Héverton Alves de Aguiar**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação de Futebol do Estado de Rondônia**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Rondônia encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação de Futebol do Estado de Rondônia**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15501.59019-73

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**15**

CPIDFDQ  
00064/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, Rinaldo Reis Lima**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Norte-rio-grandense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Norte-rio-grandense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**16**

CPIDFDQ  
00065/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Paranaense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Paranaense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15781.72261-47

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**17**

CPIDFDQ  
00066/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados à **Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí, Zélia Saraiva Lima**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação de Futebol do Piauí**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação de Futebol do Piauí**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15311.15061-52

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

# **18**

CPIDFDQ  
00067/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon de Barros**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Pernambucana de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Pernambucana de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15302.59234-08

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

# **19**

CPIDFDQ  
00068/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Paraibana de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Paraibana de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**20**

CPIDFDQ  
00069/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Bertrand de Araújo Asfora**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Paraense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Paraense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**21**

CPIDFDQ  
00070/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, Paulo Roberto Jorge do Prado**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Mato-Grossense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Mato-Grossense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15073.12135-15

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**22**

CPIDFDQ  
00071/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Humberto de Matos Brittes**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15259.04460-29

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**23**

**CPIDFDQ  
00072/2015**



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Mineira de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Mineira de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**24**

CPIDFDQ  
00073/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados à **Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Maranhense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Maranhense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15525.61993-20

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**25**

CPIDFDQ  
00074/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Lauro Machado Nogueira**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Goiana de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Goiana de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**26**

CPIDFDQ  
00075/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Éder Pontes da Silva**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15414.80100-74

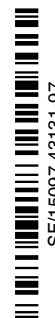
## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**27**

**CPIDFDQ  
00076/2015**



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Roscoe Bessa**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Brasiliense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Brasiliense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**28**

CPIDFDQ  
00077/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Carvalho Machado**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Cearense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Cearense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15351.10811-72

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**29**

CPIDFDQ  
00078/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Márcio José Cordeiro Fahel**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Bahiana de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Bahiana de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15198.27739-35

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**30**

CPIDFDQ  
00079/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Francisco das Chagas Santiago da Cruz**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Amazonense de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

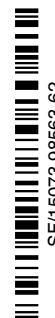
No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Amazonense de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15073.98563-62

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**31**

CPIDFDQ  
00080/2015



**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação Alagoana de Futebol**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).*

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação Alagoana de Futebol**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15228.89668-76

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**32**

CPIDFDQ  
00081/2015**SENADO FEDERAL**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**CPICFDQ**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requisitados ao **Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto**, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público Estadual referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, que envolvam a **Federação de Futebol do Estado do Acre**, bem como seus dirigentes – em razão da prática de atos nessa condição de dirigentes –, uma vez que a referida entidade integra o colégio eleitoral que elege a direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*, em especial quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da *Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar *a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL)*.

Como é de conhecimento público, as federações estaduais de futebol e a Federação Brasiliense de Futebol integram o Colégio Eleitoral que escolhe a direção da Confederação Brasileira de Futebol, havendo íntima relação de poder, interesses, favores e vantagens entre os eleitos e os eleitores. Ao longo da duração de um mandato da direção da CBF, esta instituição comanda o futebol brasileiro com os olhos voltados para o passado (retribuição às federações que apoiaram a escolha dessa direção) e também com os olhos no futuro (a próxima eleição, a fidelidade do colégio eleitoral).

Desse modo, investigar a CBF significa, por íntima conexão, investigar toda a rede de poder que se estabelece entre a direção da entidade e essas entidades regionais de administração do desporto.

No plano de trabalho do Senhor Relator desta CPI, foi aprovado convite a todos os Presidentes dessas entidades regionais, para que compareçam perante este Colegiado, a fim de tratarem da situação do futebol nos seus respectivos Estados e no DF.

Todavia, antes de iniciarmos essa etapa de depoimentos, precisa a Comissão conhecer a realidade do futebol nos Estados e na capital do Brasil; isso significa, inclusive, detectar se existem ações judiciais ou procedimentos investigatórios do Ministério Público acerca de eventuais irregularidades em cada uma das federações. Obviamente que, em caso afirmativo, esses subsídios são indispensáveis para a CPI e ponto de partida para a investigação de eventuais irregularidades em todas as instituições estaduais.

Por essas razões, é fundamental que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Acre encaminhe a documentação por ventura existente acerca da **Federação de Futebol do Estado do Acre**, nos termos do requerimento ora formulado.

Sala das Reuniões,

**SENADOR ROMÁRIO**  
**(PSB-RJ)**  
**Presidente da CPI do Futebol**



SF/15784.94306-18

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**33**



Senado Federal  
Gabinete do Senador Gladson Cameli

CPIDFD9  
00082/2015

## REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja convidado o senhor LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA, para explanar, em audiência pública, sobre o aperfeiçoamento da justiça desportiva brasileira.

## JUSTIFICAÇÃO

O senhor Leonardo Andreotti é Doutorando em Direito pela Universidad Rey Juan Carlos – Madrid, Mestre em Direito Desportivo pela Universitat de Lleida – Catalunya, Especialista em Direito Contratual pela Escola Paulista de Direito, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Desportivo, Membro da Revista Brasileira de Direito Desportivo e da Rivista di Diritto ed Economia dello Sport, Coordenador da Pós-Graduação em Direito Desportivo da Escola Superior de Advocacia - São Paulo, Professor do LLM. in International Sports Law do ISDE/Madrid, Professor do Master de



SF/15801.50417-55



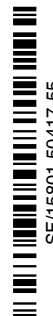
**Senado Federal**  
**Gabinete do Senador Gladson Cameli**

Gestión Deportiva de FIFA/CIES/RFEF/URJC, Professor do Master in Diritto e Organizzazione Aziendale dello Sport do Sports Law and Policy Centre, Roma, Auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira do Futebol e Vice-Presidente/Corregedor do STJD da Liga Nacional de Basquete (LNB).

Percebe-se, pelo vasto currículo, o conhecimento sobre justiça desportiva em âmbito nacional e internacional do senhor Leonardo. A explanação sobre direito comparado e a experiência do convidado em muito poderá contribuir com os trabalhos de investigação desta CPI podendo, ainda, fornecer subsídios para o aprimoramento da legislação brasileira.

Sala das Comissões,

**Senador Gladson Cameli**  
PP/AC



SF/15801.50417-55